

INCLUSÃO DIGITAL NA ESCOLA ITINERANTE DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA DO RECIFE: POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO SOCIAL NA PERIFERIA

Digital inclusion in the itinerant school of informatics of the Recife City Hall: Possibilities of social inclusion in the city periphery

Flávia Barbosa Ferreira de Santana - flaviabfs@hotmail.com

Maria Auxiliadora Soares Padilha - dora_padiha@hotmail.com

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica - EDUMATEC, Avenida Acadêmico Hélio Ramos s/n, Cidade Universitária, Recife – PE, CEP: 50670-901.

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar os primeiros dados de uma pesquisa de mestrado na qual procuramos identificar a concepção de inclusão digital (ID) de um Projeto desenvolvido pela Rede Municipal de Ensino do Recife denominado Escola Itinerante de Informática (EII). Neste recorte buscamos identificar a concepção de ID explicitada em notícias veiculadas no *site* oficial da Prefeitura do Recife. Para tal, realizamos uma Análise de Conteúdo das mensagens publicadas nessas notícias. Os resultados obtidos demonstram que a concepção de inclusão digital das notícias veiculadas pela Prefeitura do Recife é que o fácil acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação garantirá a inclusão digital e, como consequência, a inclusão social. A disponibilidade das ferramentas tecnológicas, garantida pelo fácil acesso e pela democratização deste, é considerada um fator gerador de uma transformação social positiva. Ou seja, quem tem acesso e sabe manusear um computador, está incluído digitalmente, e a condição necessária para produzir mudanças sociais é a tecnologia. Os dados deixam claro que inclusão digital é instrumento de inclusão social e que isso só se dá através do acesso às TIC.

PALAVRAS-CHAVE: tecnologia; inclusão digital; inclusão social; escola itinerante de informática.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present the first data from a survey master's in which we seek to identify the concept of inclusion digital (ID) of a project developed by the Municipal Education Recife called Itinerant School of Informatics (EII). This crop we seek to identify the design of ID spelled out in news releases the official website of the Municipality of Recife. To perform such an analysis Content of the messages published in these reports. The results obtained show that the concept of digital inclusion of the news conveyed by the city of Recife is the easy access to technologies Information and Communication will ensure digital inclusion and, as Consequently, social inclusion. The availability of tools technology, guaranteed by the easy access and the democratization of this is considered a cause for positive social change. Or that is, who has access and know how to handle a computer, is included digitally, and the condition necessary to produce social change is the technology. The data make it clear that digital inclusion is an instrument of social inclusion and that this only happens through access to ICTs.

KEYWORDS: technology, digital inclusion, social inclusion, itinerant school of informatics.

INTRODUÇÃO

TECNOLOGIA, INCLUSÃO SOCIAL E INCLUSÃO DIGITAL

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), principalmente o computador, provocam profundas mudanças na sociedade, como alteração da percepção da realidade, do tempo e do espaço; aumento da exclusão socioeconômica; a possibilidade de construção de cidadãos mais competentes, qualificados e críticos; a promoção do acesso à inclusão social, entre outros.

A sociedade estabelece uma íntima analogia entre relações sociais e novas tecnologias, sendo fortemente influenciada por elas, por estarem presentes na vida cotidiana de cada indivíduo. Essa nova dinâmica permite que qualquer pessoa emita e obtenha informações, em tempo real, de diversos formatos. Segundo Guerreiro (2006), "a comunicação assume lugar de destaque: produz riqueza pela capacidade de pensar e usar a criatividade" (GUERREIRO, 2006, p. 77).

Vale destacar também que há uma forte ligação entre tecnologia e relações de poder e de dominação ampliando situações de exclusão e de dominação, ao manter hegemonias há muito consolidadas. A exclusão digital, nesse caso, tem sido apresentada, nos discursos governamentais, não-governamentais e, inclusive, no setor privado, como determinante para a manutenção dos papéis sociais, ao gerar diferentes formas de acesso a diferentes camadas sociais (GUERREIRO, 2006). Ainda, segundo esse autor,

A tecnologia, ao mesmo tempo em que passa a ser responsável pela melhora dos bens e serviços consumidos pela sociedade, também interfere histórica, social, econômica e culturalmente, provocando mudanças radicais no modo de agir, sentir e pensar da humanidade (GUERREIRO, 2006, p. 171).

A inclusão social é apontada hoje como condição vital para o desenvolvimento de qualquer cidadão, uma vez que é pré-requisito para a participação na vida pública, assumindo um significado de destaque na vida social da pessoa ao possibilitar o exercício de direitos e deveres. Demo (1995) "define cidadania como a raiz dos direitos humanos" (DEMO, 1995, p. 171). Dessa forma, fica claro que incluir socialmente é o primeiro passo para inserir os indivíduos excluídos em uma nova realidade local e global.

No entanto, essa inclusão social deve estar a *latare* com a inclusão digital; pois é através da expansão do acesso e do uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação que começa a promoção da inclusão digital, com possibilidade de minimizar a exclusão social. É certo que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) convergem gradativamente para as relações sociais, políticas e econômicas em nossa sociedade atual. Warschauer (2006) parte da premissa de que "a capacidade de acessar, adaptar e criar novo conhecimento por meio do uso da nova tecnologia de informação e comunicação é decisivo para a inclusão social na época atual." (WARSCHAUER, 2006, p. 25).

Quando considerada um fator de combate à exclusão social, a inclusão digital assume a intencionalidade de desenvolver projetos que busquem equalizar as oportunidades, diminuindo as desigualdades e aumentando as oportunidades, sejam elas educacionais, de trabalho ou de renda. Acreditamos, assim como Sorj e Guedes (2005), que

embora aceitemos que as novas tecnologias não sejam uma panacéia para os problemas da desigualdade, elas constituem hoje uma das condições fundamentais da integração na vida social. (SORJ e GUEDES, 2005, p. 14).

Diante disso, é necessário refletir tanto sobre a questão da ambivalência entre tecnologia e inclusão/exclusão social quanto sobre o papel da inclusão digital na sociedade contemporânea, uma vez que, apesar do acesso à informação desembocar em educação, cultura e conhecimento, ainda assim não gera igualdade na distribuição das ferramentas tecnológicas para acesso a essa rede de conhecimento e apropriação deste, e, ainda, essa desigualdade de acesso contribui para um aumento da desigualdade social.

Podemos considerar como certo, hoje, que a inclusão digital é requerimento básico para a formação do cidadão, sendo elemento fundamental não só para o exercício da cidadania, mas, sobretudo, para a vida profissional, para o universo do trabalho, uma vez que o trabalho “pode ser compreendido como subordinação definitiva da cultura humana aos imperativos da produção heterônoma e do lucro” (CAZELOTO, 2008: p 35).

Na medida em que a expansão do acesso às tecnologias vai se ampliando, começamos a observar seus efeitos sociais, ou seja, a discussão sobre a inclusão digital começa a tomar outro caminho, preocupando-se agora com o uso ou a aplicação dessa tecnologia e das informações acessadas. A partir de então, há o surgimento de outras análises sobre a inclusão digital.

Portanto, incluir digitalmente os sujeitos implica reconhecer mecanismos complexos que considerem a apropriação crítica e reflexiva dos fenômenos técnicos, levando em conta a dinâmica da autoria, a partilha e a gestão de conhecimentos, a valorização e a ampliação da cultura e o respeito à diversidade. Além disso, incluir digitalmente também envolve mudança e transformação social e produção de conhecimento, considerando o contexto local e global desses sujeitos.

Silveira (2001), ao defender a inclusão digital na sociedade, afirma que ela é fundamental não apenas por motivos econômicos ou de empregabilidade, mas também por razões sociopolíticas, principalmente para assegurar o direito inalienável à comunicação.

Embora o fenômeno do acesso à rede seja crescente, em todos os níveis socioeconômicos, sua abrangência se reflete muito mais nas camadas mais privilegiadas da sociedade. Isto pode ocorrer devido a alguns fatores, como a má

distribuição de renda; a pobreza, que gera uma exclusão social; e também a dificuldade de acesso ao conhecimento. No entanto, esse acesso nas camadas menos privilegiadas está sendo cada vez mais disponibilizado e crescente, principalmente através da proliferação das *lan houses* e da criação de projetos de inclusão digital, tanto governamentais como não-governamentais.

É certo que a disponibilidade do acesso às TIC é requisito inicial necessário para que haja inclusão digital, no entanto, ela, *per si*, não é suficiente. É importante destacar que, além da desigualdade no acesso às TIC, também existem desigualdades na forma como estas são usadas. Muitas vezes, essas desigualdades são decorrentes de um contexto social marcado pela carência de várias condições, inclusive de refletir criticamente sobre o tipo de acesso que se tem ou que é disponibilizado.

Inicialmente, inclusão digital pode ser entendida como uma forma de proporcionar o acesso às novas tecnologias, mas, nos últimos anos, a literatura sobre o assunto tem procurado demonstrar que o uso efetivo das tecnologias e o contexto local de aplicação dos programas são indissociáveis para conceituar inclusão digital. No entanto, acreditamos que uma coisa não prescinde da outra.

Fazer inclusão digital para além do acesso é algo muito complexo. É preciso promover uma mudança no público alvo da função de meros espectadores, consumidores da tecnologia, para a de produtores de informação e conhecimento. A disponibilização do acesso deve ser acompanhada de ações educativas que promovam a transformação social e uma vivência que considere a apropriação técnica, informacional e social das TIC.

Muitas ações de inclusão digital trazem, em sua essência, um discurso que defende a igualdade social como consequência da informatização, ou seja, nesses casos, sugere-se que estar incluído digitalmente é estar incluído socialmente. Essas ações não levam em conta que a exclusão digital não pode estar dissociada de outros tipos de exclusão para além dos processos informacionais, tais como educação, saúde, cultura, lazer, alimentação.

Dentre os fatores apontados acima, há também a perspectiva que define inclusão digital como ter ou não acesso aos recursos tecnológicos, ou seja, essa definição se refere a uma questão quantitativa, materialista e não de apropriação de conhecimento crítico e criativo. Segundo Warschauer (2006), essa divisão binária "... é imprecisa, e pode até ser fonte de privilégios, pois não é capaz de avaliar os recursos sociais que diversos grupos trazem à mesa" (WARSCHAUER, 2006, p. 22). Ele defende que, na verdade, o que existe é uma gradação baseada em diversos graus de acesso à tecnologia da informação.

É capital que a proposta de inclusão digital vá além da aquisição do desenvolvimento da habilidade, de conhecimentos mecânicos e da instrumentalização em informática. De Luca (2004) afirma que "a inclusão digital deve favorecer a apropriação da tecnologia de forma consciente" (DE LUCA, 2004, p. 09). Pellanda (2005) diz que

é preciso pensar em estratégias de inclusão digital não estreitamente ligadas a adestramentos e acesso a serviços, mas estratégias ampliadas de inclusão social mediante uma cultura digital com o conhecimento e a consciência (PELLANDA, 2005, p. 43).

Complementado as concepções do parágrafo anterior, Cruz (2004) afirma que

Para ser incluído digitalmente, não basta ter acesso a micros conectados à internet. Também é preciso estar preparado para usar estas máquinas, não somente com capacitação em informática, mas com uma preparação educacional que permita usufruir seus recursos de maneira plena (CRUZ, 2004, p. 13).

Dessa forma, fica claro que inclusão digital não é uma simples questão que se resolve comprando computadores e/ou ensinando as pessoas a utilizar esse ou aquele *software*, nem apenas conectá-las à internet. Inclusão digital pressupõe uma série de outros objetivos conexos que não os meramente tecnológicos, dentre eles a criação de condições para que o sujeito melhore sua qualidade de vida e o estabelecimento de conexões entre habilidades, conhecimentos e valores, bem como o desenvolvimento do pensamento crítico e da produção de conhecimento. Ou seja, é substancial unir pessoas e tecnologia em prol de uma vida mais digna para todos.

É certo que a inclusão digital é vista hoje como requerimento básico para a formação do cidadão e que o acesso às TIC possibilita a inclusão social e, como consequência, a inclusão digital. Entretanto, é preciso considerar que esse acesso não pode ser desconectado de uma utilização consciente e crítica. Deve ter como objetivo *sine qua non* repensar a questão de atitudes e valores.

Com o objetivo de concretizar a inclusão digital na cidade, a Prefeitura do Recife criou a Escola Itinerante de Informática, que é

Composta por seis ônibus laboratório que percorrem as comunidades oferecendo à população espaços de formação em informática e Internet. A Rede Municipal atua numa perspectiva de trabalhar junto à população os recursos tecnológicos como instrumentos para fortalecimento da cidadania e atendimento às demandas da comunidade. Cada veículo, climatizado e equipado com elevador para cadeirantes, 13 computadores, TV, vídeo, som, scanner, impressoras, circula pelas RPA de acordo com as demandas das plenárias do Orçamento Participativo, permanecendo dois meses em cada local. (PREFEITURA DO RECIFE, 2008).

A grande maioria dos projetos de inclusão digital, sejam eles de empresas privadas ou de instituições governamentais e/ou não governamentais, traz essencialmente os seguintes focos: cidadania, profissionalização e educação. Esses focos, embora

interligados, são por vezes trabalhados separadamente. Ora focam a inserção do sujeito na sociedade da informação através da empregabilidade ou da formação para o trabalho; ora focam a cidadania proporcionando o acesso, o manuseio e a destreza técnica para o uso das TIC na sociedade; ora focam a autonomia e a independência do uso das TIC. Esses focos são geradores de uma prática social consciente e transformadora, mas esquecem, muitas vezes, de considerar o contexto social, político e econômico no qual os projetos de inclusão digital são inseridos.

Em geral, os projetos de inclusão digital estão mais focados na instrumentalização em informática, computadores e conectividade, desenvolvendo mais a dimensão instrumental do processo de inserção dos sujeitos na sociedade digital, que os processos mais complexos de inclusão digital, tais como os capitais técnicos, cultural, social e intelectual (LEMOS, 2004).

Vale salientar que esse último foco é substancial para o desenvolvimento de bons projetos de inclusão digital, uma vez que eles primam pelo uso da informação e do conhecimento após reflexão e análise críticas, possibilitando transformações no cotidiano, no contexto e na sociedade. É preciso, pois, abandonar a perspectiva de uma inclusão meramente instrumentalizada, tecnocrática. No entanto, para que isso aconteça, é vital considerar ações de inclusão digital que ampliem os seguintes capitais: cultural, que é a memória de uma sociedade; o social, que é a potência política; o intelectual, que é a competência individual; e o técnico, que é a potência da ação e da comunicação (LEMOS, 2004).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é realizar uma análise de conteúdo de notícias divulgadas sobre o Projeto da EII, procurando entender a concepção de inclusão digital que permeia a ideia das pessoas entrevistadas e a própria concepção difundida pela prefeitura.

Temos, assim, como principais questões: Será que os cursos promovidos pela Escola Itinerante de Informática da Prefeitura do Recife estão contribuindo para a inclusão social e digital dos usuários, propondo alternativas de aprendizado e conhecimento? Será que o Projeto da EII dá conta das perspectivas para uma inclusão social e digital significativas?

Na medida em que esse projeto é desenvolvido e utilizado como bandeira para uma política social inclusiva, também cabe perguntar: O que é inclusão digital e o que é ser incluído digital e socialmente no contexto desse projeto? É por isso que, neste artigo, realizaremos uma Análise de Conteúdo (AC) (BARDIN, 2009) das notícias veiculadas pela Prefeitura do Recife, procurando concluir delas o que para esta e para as pessoas que procuram os cursos significa ser incluído digital e socialmente dentro de uma realidade periférica.

PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DIGITAL NA PERIFERIA

Dentro de uma realidade periférica, onde há um baixo nível de desenvolvimento educativo, econômico e cultural, o que significa inclusão digital e o que é ser incluído digital e socialmente? Para responder a essas questões, argumentamos que o

contexto social local, onde os programas e projetos de inclusão digital serão implantados, deve ser considerado.

A consideração do contexto de uso das tecnologias é condição necessária também para avaliar os Programas e Projetos de inclusão digital na periferia, sejam eles promovidos pelo setor governamental, não governamental ou privado. O reconhecimento do contexto traz impactos significativos e diretos na comunidade. Quando o contexto social é respeitado, as ações de inclusão consideram a cultural local, possibilitando assim a partilha de conhecimentos, a valorização e a ampliação da cultura, a partilha do respeito à diversidade e a dinâmica da autoria (LEMOS, 2004). Ou seja, o contexto pode determinar o tipo de apropriação que os sujeitos fazem da internet e de seus recursos sociais.

Quando se implanta um programa de inclusão digital numa comunidade, considerando seu contexto e peculiaridades existentes nas relações sociais deste, passa-se a contemplar também o papel político desempenhado pelas comunidades atingidas pelos programas. Para isso, será preciso considerar o contexto de uso da tecnologia e os contextos social, educacional, econômico e político. Feito isso, as pessoas atendidas pelos programas e projetos de inclusão digital passam a ser vistas como ativas na interação da tecnologia, responsáveis pela produção de conteúdo, informação e conhecimento que também podem ser utilizados em benefício coletivo daquela comunidade.

A Prefeitura do Recife tem buscado concentrar esforços no que tange à inclusão digital dos cidadãos. Com o objetivo de concretizar a inclusão digital na cidade, a Secretaria Municipal de Educação do Recife criou a Escola Itinerante de Informática. Esse projeto é uma iniciativa da Prefeitura visando combater a exclusão digital e dar oportunidade de formação para o jovem que procura o primeiro emprego. Os locais alcançados pelo projeto são escolhidos pela própria população, através do Orçamento Participativo.

A Escola Itinerante de Informática da Prefeitura do Recife tem como objetivos: combater a exclusão digital; formar o jovem que procura o primeiro emprego; profissionalizar os jovens para inserção no mercado de trabalho; possibilitar o acesso a novas técnicas de comunicação e informação; fazer dos jovens indivíduos ativos na comunidade. Ainda, segundo a Prefeitura, "As unidades móveis proporcionam maior alcance, permitindo que o projeto chegue às comunidades mais distantes. A inclusão digital é garantida pela gratuidade e pelo fácil acesso". (PREFEITURA DO RECIFE, 2008).

Outra característica importante a destacar é que a EII utiliza softwares livres. Isso dá um indicativo de que ela considera, em tese, o processo de autoria e colaboração e construção de conhecimentos, uma vez que a filosofia do uso de software livre está baseada na horizontalidade desses processos. Não há como negar os avanços na proposta de uma inclusão para além de uma prática difusionista e de uso das novas TIC.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização deste estudo, coletamos, no *site* da Prefeitura do Recife, notícias sobre o Projeto da Escola Intinerante de Informática do Recife, publicadas no período de 2006 a 2009. Em seguida, realizamos uma Análise de Conteúdo das mensagens veiculadas nessas notícias, procurando compreender o sentido delas em relação à concepção de inclusão digital das pessoas entrevistadas e das próprias notícias.

É possível que, sendo notícias veiculadas pela própria Prefeitura, elas contenham um juízo de valor muito mais positivo do que negativo, pois procuram valorizar e difundir o Projeto para a sociedade.

Utilizamos, pois, a técnica de Análise de Conteúdo, que, segundo Bardin (2009) é

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 42).

Para Moraes (1999), a análise de conteúdos (AC) "constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda a classe de documentos e texto" (MORAES, 1999, p. 9) e pode ser dividida em cinco etapas:

1. Preparação das informações, identificando as diferentes amostras de informações a serem analisadas para iniciar o processo de codificação dos materiais. Assim, na primeira etapa realizamos a preparação das informações organizando as mensagens das notícias e codificando-as para poder iniciar a segunda etapa.
2. Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades de análise, onde relemos as mensagens das notícias elencando as unidades de registro para, em seguida, iniciar a terceira etapa da AC.
3. Categorização ou classificação das unidades em categorias. Essa fase está relacionada ao processo de agrupar dados, considerando a parte comum existente entre eles. Assim, reunimos as unidades de registro das mensagens das notícias analisadas e definimos as categorias de análise.
4. Definição de categorias, identificando o material de cada uma delas, comunicando o resultado. Nesse momento, discutimos cada uma das categorias à luz da fundamentação teórica.
5. Interpretação, que consiste em ir além do descrever; em fazer inferência. Para isso, buscamos compreender mais profundamente o conteúdo das mensagens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo as notícias analisadas, a Prefeitura oferece, para as comunidades onde os ônibus percorrem, dois cursos de informática (Tecnologia e informática e Telemática e cidadania). Cada curso tem duração de dois meses, perfazendo um total de 40h/a cada um deles. As vagas são destinadas aos moradores do Recife com mais de 14 anos e com o ensino fundamental I (2º ao 5º ano) completo. No caso das unidades móveis (os ônibus), é dada a preferência aos moradores das comunidades onde os módulos encontram-se instalados/estacionados.

Primeiramente coletamos as notícias veiculadas pelo *site* oficial da Prefeitura do Recife no endereço <http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial/>, depois selecionamos os conteúdos (as notícias) referentes à Escola Itinerante de Informática. Feita a seleção das notícias, partimos para a unitarização, relendo todo o material com a finalidade de retirar as unidades de análise. Definimos as seguintes unidades: inclusão digital, fácil acesso, perspectivas, trabalho, estudo, melhoria de vida.

Dando continuidade à análise dos dados coletados, fizemos a categorização das unidades de análise. Ao agrupar os dados comuns existentes entre elas, definimos as seguintes categorias: perspectivas de inclusão social das pessoas que são beneficiadas com os cursos e concepção de inclusão digital do Projeto da EII. Feito isso, começamos a descrição e a comunicação dos resultados, assim como as interpretações, como apresentamos a seguir.

CATEGORIA 1 - PERSPECTIVA DE INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS QUE SERÃO BENEFICIADAS

Essa categoria é evidenciada, quando constatamos que as notícias trazem a ideia de que os cursos oferecidos pela EII possibilitariam o acesso às TIC e o acesso ao mercado de trabalho (empregabilidade e profissionalização). Podemos identificar isso nas falas de uma professora e de uma dona-de-casa que buscavam uma das 127 vagas disponíveis nas Escolas Itinerantes de Informática.

"Quem não sabe usar um computador no mundo atual é uma espécie de analfabeto. Está fora do seu tempo. É por isso que não perdi esta oportunidade". (Dona de Casa).

"Acho muito útil fazer um curso de informática, pois o computador faz parte da nossa vida e hoje em dia é impossível trabalhar ou estudar sem ele". (Professora).

Isso mostra claramente que essas pessoas acreditam que o Curso irá possibilitar uma inclusão social (instrumentalização em informática via acesso ao computador); o acesso ao mercado de trabalho (empregabilidade e profissionalização); a volta aos estudos (educação) e a inclusão social (cidadania). Todos esses objetivos estão em

sintonia com o que Cazeloto (2008) fala a respeito de alguns objetivos centrais dos programas sociais de inclusão digital, a saber: "ampliação de mercados; formação de mão-de-obra de baixo custo" (CAZELOTO, 2008, p. 150).

Essa categoria também é evidenciada nos objetivos da Escola Itinerante de Informática, de acordo com o divulgado nas notícias:

combater a exclusão digital; formar o jovem que procura o primeiro emprego; profissionalizar os jovens para inserção no mercado de trabalho; possibilitar o acesso a novas técnicas de comunicação e informação; fazer dos jovens indivíduos ativos na comunidade. (PREFEITURA DO RECIFE, 2008).

Todos esses objetivos refletem uma perspectiva de inserção social, cultural, econômica e digital.

Nas falas da professora e da dona de casa, estas deixam clara a perspectiva de que os cursos podem possibilitar uma inclusão social. A dona de casa acredita que caso não se aproprie do uso das novas tecnologias, "estará fora do seu tempo". Isso nos dá um indicativo de que ela apenas está considerando a perspectiva de uma inclusão meramente social, uma vez que não leva em consideração aspectos técnicos nem cognitivos. Na verdade, ela quer aprender somente para se sentir incluída na sociedade da informação da qual faz parte, mesmo que de forma induzida. Já na fala da professora esta mostra que considera aspectos de uma inclusão digital, pois declara ser impossível estudar sem o computador e admite que ele já faz parte da sua vida.

Em relação aos objetivos propostos pela Escola Itinerante de Informática, todos eles refletem uma perspectiva de inserção digital e, consequentemente, social, por considerarem aspectos como cidadania, profissionalização e educação. Vale ressaltar que a EII considera o contexto social, pelo fato de ser itinerante, também considera o contexto político, uma vez que o local em que vai ser instalada é escolhido pela população através da votação no Orçamento Participativo.

CATEGORIA 2 - CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO DIGITAL DO PROJETO

Esta categoria é evidenciada nas exigências para a matrícula nos cursos (ter mais de 14 anos e o ensino fundamental I – 2º ao 5º ano); na gratuidade e no fácil acesso: "A inclusão digital é garantida pela gratuidade e pelo fácil acesso" (PREFEITURA DO RECIFE, 2008) e na definição da Escola Itinerante de Informática.

Isso sugere que os alunos estão apenas considerando inclusão digital enquanto acesso e uso do computador e da internet. Levam em conta meramente os aspectos técnicos e não outros aspectos necessários para uma inclusão digital mais efetiva, como os cognitivos, por exemplo. Eles acreditam que, ao ter acesso à tecnologia, ao saber manuseá-la e ao utilizá-la, automaticamente, estarão incluídos digitalmente.

A Escola Itinerante de Informática da Prefeitura do Recife, ao propor cursos de Tecnologia e informática (editores de texto e imagem, apresentação e planilhas eletrônicas) e de Telemática e cidadania (internet e construção de página para web),

compreende a importância de integrar o educando nessa sociedade que emerge, dando conta das exigências sociais e do mercado de trabalho. Acredita que a inclusão digital vai proporcionar uma melhoria na qualidade de vida e possibilitar a inserção e a melhor atuação do indivíduo no mercado de trabalho.

Em relação à exigência, para a matrícula nos cursos, de que o indivíduo deva ter mais de 14 anos e o primeiro segmento do ensino fundamental (2º ao 5º ano), e ao fato de atender a comunidades no qual a Escola está inserida (sempre de baixa renda, camadas mais populares da população), acreditamos que a inclusão digital é concebida como uma falta de capacidade técnica, social, cultural, intelectual e econômica.

Não podemos atestar que a inclusão digital, na sua maneira mais complexa e global, está se dando na Escola Itinerante de Informática, pois esta análise se referenda apenas nas notícias veiculadas pela própria Instituição que oferta os cursos.

No que diz respeito à questão da gratuidade e do fácil acesso às TIC, a concepção é de que esse fato garanta uma inclusão digital, uma vez que isso é um fator de auxílio para a inclusão social. As notícias mostraram que ter ou não acesso às TIC é o que garante ou não a integração social das classes menos favorecidas. Como se o processo de consumo da tecnologia já garantisse um processo de transformação cultural. Em relação à exigência para a matrícula, onde a pessoa deva ter mais de 14 anos e nível de escolaridade comprovado (2º ao 5º ano), a EII acredita que a inclusão digital é concebida como a falta de capacidade técnica, social e econômica. Ela traz ao conhecimento do público apenas informações sobre seus aspectos tecnológicos, como se somente isso fosse garantir uma efetiva inclusão digital, social, econômica e cultural.

CONCLUSÕES

A inclusão social é vista atualmente como condição indispensável ao exercício da cidadania, por garantir a participação ativa na vida em sociedade, seja para exercer os direitos e deveres seja para ter acesso aos bens e serviços, quer dizer, pela possibilidade de exercer os direitos políticos, civis e sociais.

Segundo Van Acker (2009), "o conceito de inclusão/exclusão digital tem implicações distintas do conceito de inclusão/exclusão social" (VAN ACKER, 2009: 32). Como vimos ao longo do texto, o conceito de inclusão/exclusão digital diz respeito ao não acesso às tecnologias, pela falta de habilidade ou da não utilidade do instrumento; capacidade de acessar, adaptar e criar novo conhecimento por meio do uso da nova tecnologia de informação e comunicação; requerimento básico para a formação do cidadão concebida como processo de consumo da tecnologia e de transformação cultural.

Já o conceito de inclusão/exclusão social considera a inclusão digital um importante meio de integração das classes menos favorecidas, sendo um fator de

auxílio para inclusão social. Sendo esse conceito, por vezes, definido como a falta de capacidade técnica, social, cultural, intelectual e econômica.

A disponibilização das ferramentas e de uma infraestrutura tecnológica adequada pode contribuir para o processo de inclusão digital. Mas, apenas o acesso às TIC, *per se*, não garante a inclusão digital. Para que o acesso gere uma transformação do uso efetivo das TIC, os sujeitos devem produzir conhecimento e informação de forma crítica, reflexiva e criativa; abandonando o papel de meros consumidores e receptores das TIC; deixando de ser adestrados e instrumentalizados em informática. E tudo isso só será possível quando esses sujeitos passarem a ser autores da produção do seu próprio conhecimento e da informação.

Na elaboração de programas e projetos de inclusão digital, as questões sociais, políticas e econômicas devem ser consideradas. Elas priorizam uma efetiva inclusão digital. No entanto, será necessário levar em conta o contexto das comunidades onde esses programas e projetos serão inseridos. O reconhecimento do contexto traz impactos significativos e diretos na comunidade. Quando ele é respeitado, as ações de inclusão digital passam a considerar a cultural local, possibilitando a partilha de conhecimentos, a valorização e a ampliação da cultura, a partilha do respeito à diversidade e a dinâmica da autoria (LEMOS, 2004).

A concepção de inclusão digital das notícias veiculadas pela Prefeitura do Recife traz a ideia de que o fácil acesso às TIC garantirá a inclusão digital e, como consequência, a inclusão social. A disponibilidade das ferramentas tecnológicas, garantida pelo fácil acesso e pela democratização deste, é considerada um fator gerador de uma transformação social positiva. Ou seja, quem tem acesso a tecnologia e sabe manusear, está incluído digitalmente, e a condição necessária para produzir mudanças sociais é a tecnologia.

As notícias também evidenciam a ideia de que inclusão digital insere-se no movimento maior de inclusão social. Deixa claro que inclusão digital é instrumento de inclusão social e que isso só se dá através do acesso às TIC. No entanto, sabemos que acesso à informação e ao serviço só traz impacto direto e significativo quando considerado, além do contexto, o uso significativo das novas TIC.

Concluimos, portanto, que a inclusão digital é concebida pela Prefeitura do Recife como o acesso às TIC e o uso delas. Essa concepção que considera apenas os aspectos técnicos e não outros aspectos necessários para uma inclusão digital mais efetiva, como os cognitivos, por exemplo.

Instituição de Fomento: Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009. 281 p.

CAZELOTO, Edilson. **Inclusão digital**: uma visão crítica. São Paulo: Ed. SENAC, 2008. 208 p.

CRUZ, Renato. A importância da Inclusão digital. In: CRUZ, R. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004. 112 p.

DE LUCA, C. O que é inclusão digital? In: CRUZ, R. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004. 112 p.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995. 212 p.

GUERREIRO, Evandro Preste. **Cidade digital: infoinclusão social e tecnologia em rede**. São Paulo: Editora SENAC, 2006. 351 p.

LE MOS, André. Cibercidade. Um modelo de inteligência coletiva. In: LEMOS, André (org). **Cibercidade: as cidades na cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora E-Papers Serviços Editoriais, 2004. 316 p.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

PELLANDA, Nize. M. C.; SCHLÜNZEN, Elisa T.; SCHLÜNZEN, Klaus. S. J. (orgs.). **Inclusão digital: tecendo redes cognitivas/afetivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 376 p.

PREFEITURA RECIFE. <http://www.recife.pe.gov.br/2007/07/02/mat_144795.php>. Acesso em: 23 out. 2008.

_____. <http://www.recife.pe.gov.br/urbis2003/informatica.html>. Acesso em: 23 out. 2008.

_____. <http://www.recife.pe.gov.br/2009/03/02/cursos_de_informatica_atraem_milhares_de_recifenses_165911.php>. Acesso em: 23 out. 2008.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão Digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 48 p.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos estudos – CEBRAP**. São Paulo, n. 72, jul. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n72/a06n72.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2010.

VAN ACKER, Maria Teresa Viana e RABIA, Selim. **Inclusão digital e empregabilidade**. São Paulo: Editora SENAC, 2009. 152 p.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social: a exclusão social em debate**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006. 214 p.